

“*Se dizia daquela terra que era sonâmbula*”: algumas considerações sobre o romance de Mia Couto

Susanna Ramos Ventura

Unifesp – Núcleo de Estudos Ibéricos

Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela USP

Resumo O presente artigo tece considerações sobre o primeiro romance, publicado em 1992, pelo autor moçambicano Mia Couto, hoje mundialmente conhecido. *Terra sonâmbula* é, a nosso ver, um dos grandes romances das literaturas de língua portuguesa. A análise parte da descrição física do romance – que se divide em dois planos narrativos – realiza uma paráfrase, para a seguir iniciar um percurso que abrange o momento histórico focalizado no romance, o tempo e espaço das narrativas e, por fim, lança um olhar sobre as epígrafes da obra.

Terra sonâmbula, romance do escritor moçambicano Mia Couto, publicado em 1992, é construído por duas narrativas que se intercalam, em que são contadas as histórias de um grupo de personagens que vivenciam duas sucessivas guerras: a que conduz à independência do país em 1975 e a posterior guerra civil que se inicia no mesmo ano.

Em *Terra sonâmbula*, vemos parte das vidas das personagens Muidinga, Tuahir e Kindzu. Muidinga e Tuahir, protagonistas de um dos planos narrativos, são focalizados, no início do romance, no momento em que acabam de sair de um campo de refugiados de guerra (no contexto da mencionada guerra civil) e vagam pela zona rural arrasada; no outro plano narrativo, Kindzu é um narrador que conta por escrito a história de sua vida, do período compreendido entre alguns anos antes da independência de Moçambique, até um momento indeterminado, mas que pode ser situado durante a ocorrência da Guerra Civil Moçambicana.

Muidinga e Tuahir vagam pelo campo devastado, fazem ponto de parada num trecho de estrada abandonado, junto ao qual amontoam-se veículos destruídos, alguns deles pelas chamas. Encontram um ônibus (“machimbombo” na variante moçambicana do português) parcialmente incendiado, e ali montam acampamento, utilizando-se da parte não queimada do veículo como abrigo. Dentro do ônibus estão corpos carbonizados, que são enterrados pelos dois. Do lado de fora, um corpo de homem alvejado há pouco tempo junto a uma mala fechada. Enterram o último corpo e se apoderam da mala. Dentro dela, alguma roupa, comida e cadernos escritos – um diário. Mexendo nos cadernos, Muidinga redescobre a faculdade da leitura, e então passa a fazê-la em voz alta a pedido do velho, que é analfabeto. Os cadernos tornam-se motivação para Muidinga e Tuahir diante da destruição que

os cerca, que impede qualquer iniciativa de reconstrução ou retomada de um projeto de vida.

Muidinga perdera completamente a memória em algum momento durante a estadia no campo de refugiados. A descoberta da faculdade de ler é um primeiro contato da personagem com o mundo letrado desconhecido por seu protetor, o velho Tuahir. A partir desse momento, Muidinga iniciará um caminho individual em que será capaz de se lembrar que sabe também escrever, e em pouco fará uso dessas habilidades de maneira autônoma, transitando por códigos não dominados por Tuahir.

No decorrer da narrativa, saem para explorar lugares em volta do acampamento improvisado no ônibus incendiado. Com o tempo, ambos constatam que a terra se move, como sonâmbula, e que, a cada uma das excursões que realizam encontram novas paisagens e pessoas.

A constatação é primeiramente feita pelo menino e desacreditada pelo velho, que mais tarde também constata o fato. Para o leitor atento às epígrafes do romance fica evidenciado que as personagens se encontram próximas a Matimati, aldeia mítica onde, de acordo com a primeira das epígrafes o fenômeno da terra sonâmbula é observado. Além disso, a paisagem se move enquanto os homens dormem, sendo que o movimento está ligado à capacidade de sonhar, o que ressalta o desejo de futuro ainda pulsante nas personagens que vagam aparentemente sem destino. Portanto, a cada manhã, Muidinga nota a mudança na paisagem, modificação que se irá radicalizando na medida em que a narrativa avança, comportando a princípio pequenas mudanças (arbustos e árvores que aparecem em outros locais ou surgem em um ângulo vazio de paisagem), que se intensificam (a proximidade do pântano) até que, ao final da narrativa, o interior moçambicano chega ao mar.

O objetivo primeiro da movimentação das personagens, para além da sobrevivência imediata, é a busca pelos pais de Muidinga. O leitor não sabe qual a opinião de Tuahir a esse respeito, uma vez que, no decorrer da narrativa, ele parece descrever completamente desta possibilidade. Tal objetivo é dificultado ainda pela perda de memória do menino ocorrida no campo de refugiados em que fora acometido de grave enfermidade. Data deste episódio o relacionamento com Tuahir, que cuida do menino a partir de então. Uma vez que não é capaz sequer de se lembrar de seu nome, o velho senhor lhe dá o nome de Muidinga.

Chamaremos à narrativa focada nas trajetórias de Muidinga e Tuahir a partir da chegada ao trecho da estrada com o ônibus queimado de “narrativa I”. Esta tem um narrador heterodiegético, segundo a classificação proposta por Gérard Genette, qualificando o tipo de narrador que não toma parte diretamente na história que narra.¹ O narrador acompanha ambas as personagens com certo grau de onisciência, reproduzindo muitas vezes os pensamentos de um e de outro. Há grande número de diálogos, que são colocados no texto de maneira tradicional, precedidos por travessão e evidenciados pela grafia em itálico.

¹ GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega, 1995, p. 327.

A narrativa II, em forma de diário distribuído por vários cadernos, narra a vida de um homem jovem de nome Kindzu, que conta, num primeiro momento, sua vida como criança numa aldeia no litoral sul de Moçambique. Kindzu cresce junto a sua família e vivencia o final da época colonial (período em que vai à escola), a Independência de Moçambique (momento em que é ainda criança), o início da Guerra Civil (a partir da qual ocorre a desagregação de sua família e a destruição de parte da aldeia de origem).

Num segundo momento, deixa o lugar de origem rumo ao Norte do país. Nesta segunda parte da narrativa, Kindzu, jovem adulto, parte de sua aldeia após a desagregação de sua família, a morte de seu mestre escolar e a iminente partida de um amigo comerciante. A viagem é feita por mar, numa pequena embarcação, e, numa das paradas, Kindzu aporta, detendo-se em uma localidade do norte do país, a fictícia Matimati, que passará a ser o centro a partir do qual o restante da narrativa terá lugar. O presente da narrativa ocorre todo durante a Guerra Civil Moçambicana, de modo a coincidir com o tempo presente da narrativa I.

Kindzu começa a viagem com dois objetivos contraditórios, o que indicia o caráter ambíguo da personagem diante dos caminhos que lhe são apresentados pela realidade: ele rumo para o Norte de Moçambique em busca de um grupo de guerreiros tradicionais, herdeiros de uma tradição ancestral com bases míticas – os “naparamas” – aos quais pretende se juntar para ajudar seu país a acabar com a guerra, ou, alternativamente, para encontrar um lugar calmo, distante da guerra, para permanecer até que ela acabe. A viagem, iniciada como fuga da destruição da aldeia onde nasceu, da desagregação familiar e da perda dos amigos começa a ser engendrada quando Kindzu vislumbra por duas vezes um guerreiro seminu com os braços cobertos de pulseiras e com aspecto misterioso, depois identificado como um “naparama”.

O primeiro desses encontros ocorre quando Kindzu cumpria rituais apaziguadores para seu pai morto. O segundo tem lugar na loja do amigo Surendra Valá. O indiano provê as explicações sobre o estranho visitante: é um “naparama”, espécie de guerreiro invencível, revestido de poderes por rituais secretos. Os “naparamas” lutam sem armas de fogo e têm o corpo invulnerável aos projéteis. O desconhecimento da existência de tais guerreiros é atribuído por Surendra ao fato de Kindzu ser oriundo do sul de Moçambique, e os “naparamas” fazerem parte das crenças do norte moçambicano. A existência real dos guerreiros é por vezes contestada na narrativa, uma vez que sua natureza está ligada ao campo mítico.

Chamaremos a esse plano narrativo de “narrativa II”. A narrativa II tem um narrador autodiegético, segundo a classificação proposta por Gérard Genette: em que o narrador toma parte na história que narra, da qual é protagonista.² Kindzu narra em primeira pessoa e, normalmente, em ordem cronológica os fatos de sua vida desde a mais tenra infância até a idade adulta, intercalando à sua história, narrativas de outras personagens com as quais tem contato. Por vezes, cede-lhes a palavra, porém, em geral, é através do seu ponto de vista

² GENETTE, *Op. cit.*, p. 327.

que as histórias desses terceiros são recontadas no romance. Em inserções em forma de diálogo, as “vozes” destas personagens podem ser percebidas pelo leitor.

As narrativas I e II se intercalam, de modo que temos um capítulo da história de Muidinga e Tuahir seguido por um capítulo – denominado caderno – contendo a narrativa de Kindzu. A narrativa I está dividida em capítulos numerados de um a onze e todos possuem um título. A narrativa II está dividida em capítulos nomeados como “cadernos”, cada um deles numerado de um a onze e igualmente com título. Portanto, ao todo são onze capítulos, cada um deles imediatamente seguido por um “caderno”, perfazendo vinte e duas divisões. Em ambas as narrativas aparecem diálogos – em que a “voz” ou “fala” das personagens, é transcrita em fonte do mesmo corpo do restante do texto, mas em itálico.

A teórica Ana Mafalda Leite tece considerações sobre a estrutura de *Terra sonâmbula*, onde unidades “do tipo conto” se unem para formar o romance:

O processo de alternância e de justaposição das duas macro-narrativas permite singularizar, a maioria das vezes, cada capítulo como uma unidade fabular independente, episódio que se continua acrescentado de outro episódio-conto. O romance é utilizado como uma seqüência de contos, ligados por coordenação, e simultaneamente por encaixe. No final do romance, a primeira narrativa conflui na segunda, e a narrativa imaginária dos cadernos integra-se na primeira história.

Este processo de encaixe é reproduzido especularmente no interior das duas narrativas, pelo surgimento de novas unidades do tipo conto.³

Contexto histórico: “Karingana ua karingana”⁴ Moçambique

O contexto histórico moçambicano é apresentado em *Terra sonâmbula* nos momentos finais da colonização portuguesa, seguindo até um ponto impreciso da Guerra Civil Moçambicana (1975-1992). O romance foi publicado em 1992, ano do restabelecimento da paz no país selado pelo Acordo de Roma de 04 de outubro de 1992.

O período pré-1975, mostrado na narrativa, parece corresponder aos últimos anos do domínio português. Em Portugal, com a doença e morte do ditador António de Oliveira Salazar (incapacitado e substituído a partir de agosto de 1968, e morto em 1970), assume o governo Marcello Caetano, que permanecerá no poder até a Revolução dos Cravos (abril de 1974), a partir da qual tem início o processo de descolonização dos países africanos sob domínio português – Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo-Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola⁵ – e a aceitação das sucessivas declarações de independência destes países. Na prática, durante a Era Marcellista, foram tomadas medidas de liberalização para com as colônias, com a

³ LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Maputo: Imprensa Universitária, UEM, 2003, p. 42.

⁴ Fórmula tradicional de introdução de contos orais, é o equivalente a “Era uma vez”.

⁵ As datas das independências são: Guiné-Bissau: 26 de agosto de 1974; Moçambique: 25 de junho de 1975; Cabo-Verde: 5 de julho de 1975; S. Tomé e Príncipe: 12 de julho de 1975; Angola: 11 de novembro de 1975.

finalidade de manter o domínio português no continente diante do movimento de independência que tomava conta de grande parte dos países africanos.

No ano de 1972, as colônias mudaram de estatuto, passando de “províncias de ultramar”⁶ a “estados portugueses no interior da nação portuguesa.”⁷ Na prática, para a grande maioria da população de Moçambique, a mudança de estatuto não trouxe qualquer tipo de progresso.⁸ A Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) foi criada em junho de 1962, na Tanzânia, sob a liderança de Eduardo Mondlane (assassinado em 1969). A repressão portuguesa ao movimento de libertação resultou no início da luta armada pela libertação nacional (setembro de 1964), seguida pela consolidação dos projetos ideológicos de governo da Frelimo. Foi, neste período, definida a adoção do Português como idioma oficial de comunicação entre os moçambicanos, utilizado para conscientização e mobilização tanto da população civil quanto da parcela engajada na luta armada. Após o assassinato de seu líder, Eduardo Mondlane, a liderança da Frelimo passou para Samora Machel.

Aliado ideologicamente ao então bloco socialista dos países do Leste Europeu e da Ásia, o movimento recebeu apoio militar da antiga União Soviética e da China. Por sua vez, Portugal já não conseguia arcar com os pesados custos econômicos e humanos resultantes das guerras em que tentava manter o controle da Guiné, Angola e Moçambique. Em 1974 as forças armadas portuguesas estavam prontas para desferir o golpe final na longa ditadura salazarista. Em 16 de março um golpe militar foi sufocado e, por fim, em 25 de abril, ocorreu a Revolução dos Cravos, que determinou o fim da ditadura. A partir de então, começa a desmobilização das unidades militares em território africano, contexto que impulsionou a conquista da independência nos países africanos sob domínio português.

O primeiro presidente moçambicano foi Samora Machel que – movido pelo sonho da criação de Moçambique como um grande Estado-Nação de abundância e igualdade racial e social, unificado de Norte a Sul – tomou uma série de medidas impopulares e inadequadas à realidade da população do país. Neste mesmo período, houve a retirada de investimentos estrangeiros, e uma série de catástrofes naturais devastou o país. Tais fatores, somados aos interesses externos da África do Sul e da Rodésia (depois Rodésia do Sul, atual Zimbábue) levaram o país ao caos e o conduziram à Guerra Civil Moçambicana. Maria Fernanda Afonso resume os problemas enfrentados por Moçambique nos anos amargos que se iniciam com a Independência:

⁶ Cf. SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 63. A designação “províncias de ultramar” passou a ser adotada oficialmente por Salazar a partir de 1951, para fugir às críticas europeias recebidas por ainda designar as possessões portuguesas como “colônias”, termo que adquiriu sentido pejorativo após a Segunda Guerra Mundial.

⁷ Cf. AFONSO, Maria Fernanda. *O conto moçambicano*. Lisboa: Caminho, 2004, p. 25.

⁸ A parcela de população que poderia ser beneficiada com a relativa liberalização seria a de assimilados, que correspondia, em levantamento realizado em 1959, a dois por cento da população de Moçambique (Cf. SECCO, opus citatum, p. 73).

A jovem nação moçambicana, cercada pela África do apartheid e pelo regime racista de Ian Smith, da Rodésia, pagou duramente a sua aprendizagem democrática. No momento da independência do país, houve um êxodo maciço de colonos brancos para Portugal, África do Sul, Rodésia e Suazilândia, o que colocou à economia do país sérias dificuldades, agravadas por outras circunstâncias. Tudo aconteceu ao mesmo tempo: o país perdeu as empresas europeias, os quadros e a mão-de-obra qualificada; a África do Sul recusou-lhe a renovação dos acordos que regulamentavam a entrada e a saída dos emigrantes moçambicanos [...]; as catástrofes naturais, inundações e principalmente secas prolongadas destruíram qualquer esperança de produção agrícola. A fome instalou-se e a vida tornou-se caótica.

Segundo a versão oficial, o regime de Ian Smith criou, com o apoio de elementos africanos das unidades de elite do antigo exército colonial e de alguns portugueses que partiram de Moçambique, um movimento político e militar, destinado a destabilizar a Frelimo, cujo regime marxista não agradava na região: a Renamo – Resistência Nacional de Moçambique. A Renamo ganhou um estatuto político de peso, alimentado no início pelos serviços secretos da Rodésia e da África do Sul. Posteriormente, os camponeses hostis à política de colectivização das terras e de criação de aldeias comunitárias, prescrita pela Frelimo, assim como os moçambicanos que se evadiam dos campos de reeducação, incorporaram as fileiras dos “bandidos armados” – nome atribuído pela imprensa governamental aos partidários da Renamo -, que se entregavam a actos de sabotagem, atentados, raptos e massacres. Após vários anos de guerra colonial, assolado pela pressão dos países vizinhos e pela acumulação de acções repressivas contra as populações que se sentiam marginalizadas pelo poder político, o país soçobrou num conflito civil sangrento, cujas conseqüências foram deploráveis em perda de vidas humanas.⁹

Este é o quadro histórico-social que emoldura a trama de *Terra sonâmbula*. O velho Tuahir viveu durante o período colonial, e teve, entre outros empregos, o de funcionário da estatal CFM (Caminhos de Ferro de Moçambique). Seus filhos não escaparam às duras condições de vida do país. Muidinga, único deles nomeado no romance, morto na África do Sul, assim como milhares de outros jovens, exemplifica o destino de milhares de moçambicanos pobres. Lembremos que desde o final do século XIX – quando tem lugar de maneira mais efetiva a ocupação portuguesa do território moçambicano – a emigração para as minas do Rand foi a principal, senão única opção de trabalho remunerado para grande parte dos jovens. A imigração para o país vizinho era resposta às duras condições impostas pelos portugueses, que modificaram completamente o modo de produção local. Foi instituído cultivo obrigatório de determinados produtos e o trabalho forçado conhecido como “chibalo”. Irene Oliveira, em seu estudo sobre a etnia “tsonga”, traça um panorama do final do século XIX nas zonas rurais moçambicanas:

As famílias tinham por obrigação cultivar arroz na estação chuvosa e eram ameaçadas com multas, castigos corporais e “chibalo” (trabalho obrigatório). A população era obrigada a pagar impostos e taxas e sofria penalidades.

Para evitar o trabalho forçado, muitos homens começaram a emigrar para a África do Sul onde o desenvolvimento de empresas capitalistas de minas e de agricultura lhes permitia ter um trabalho remunerado.¹⁰

⁹ AFONSO, Maria Fernanda. *O conto moçambicano*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 28-29.

¹⁰ OLIVEIRA, Irene D. *Identidade negada e o rosto desfigurado do povo africano (os tsongas)*. São Paulo: Annablume/ Universidade Católica de Goiás, 2002, p. 37.

Kindzu, escritor dos diários, teve parte da infância também no período colonial. Os cadernos narram a sua experiência numa pequena comunidade pesqueira do sul de Moçambique. Neles são mostrados a brutal mudança ocasionada no curso dos anos que precedem e antecipam a independência do país e o desencanto da comunidade diante das guerras e do “apocalipse” que assolaram o país.

O menino sem memória, rebatizado por Tuahir com o nome do primogênito morto – Muidinga – conhece apenas a realidade dos anos da guerra civil em que, para além do campo de refugiados, resta-lhe a busca de esperanças na devastada terra moçambicana.

A devastação total de Moçambique após o período de guerras é referida pelo escritor Mia Couto, no prefácio ao livro de contos *Estórias abensonhadas*, publicado dois anos após o encerramento da Guerra Civil, em 1994:

Estas estórias foram escritas depois da guerra. Por incontáveis anos as armas tinham vertido luto no chão de Moçambique. Estes textos me surgiram entre as margens da mágoa e da esperança. Depois da guerra, pensava eu, restavam apenas cinzas, destroços sem íntimo. Tudo pesando, definitivo e sem reparo.

Hoje sei que não é verdade. Onde restou o homem sobreviveu semente, sonho a engravidar o tempo. Esse sonho se ocultou no mais inacessível de nós, lá onde a violência não podia golpear, lá onde a barbárie não tinha acesso. Em todo este tempo, a terra guardou, inteiras, as suas vozes. Quando se lhes impôs o silêncio elas mudaram de mundo. No escuro permaneceram lunares.¹¹

O tempo em Terra sonâmbula

Analisando a narrativa I percebemos que a duração da mesma é de provavelmente algumas semanas, ou seja, da chegada de Muidinga e Tuahir ao trecho da estrada em que encontram o ônibus queimado, até a cena em que chegam à praia, ao final da narrativa.

O período abrangido pela narrativa é de vários anos, uma vez que menciona trabalhos de Tuahir no período colonial e os filhos deste. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível dizer que o período narrado se inicia aproximadamente em meados da década de 1960 – quando Tuahir trabalhava para a CFM (Caminhos de Ferro de Moçambique – estatal portuguesa) – seguindo até o final da década de 1980. A determinação aproximada da data final da narrativa é possível pela descrição do país assolado pela Guerra Civil há tempo suficiente para provocar um alto grau de destruição. Além disso, a precisão do período é possibilitada por outros elementos do texto como a menção aos “bandidos,”¹² a existência de campos de refugiados lotados e da ajuda humanitária proveniente de organismos internacionais. A data mais remota, década de 1960, é mais difícil de determinar.

¹¹ COUTO, Mia. *Estórias abensonhadas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 5.

¹² “Bandidos” no contexto moçambicano da época da Guerra Civil eram grupos armados que, via de regra, arrasavam as aldeias do interior, promovendo massacres.

Constatamos ao longo da narrativa o uso da analepse, que é, segundo Gerard Genette, o recurso narrativo de voltar ao tempo pretérito para contar fatos passados que de alguma maneira esclareçam o leitor sobre situações presentes.¹³ Tal recurso é utilizado principalmente com a função de fornecer, em pontos distintos da narrativa, dados para complementar parte da biografia de Muidinga, conhecida por Tuahir que a vai revelando ao menino. Também são utilizadas analepses para narrar o passado de Tuahir como funcionário ferroviário durante o período colonial e para contar as histórias de algumas personagens que surgem no decorrer da narrativa como é o caso de Siqueleto, de Nhamataca e do “pastor sem nome”.

O decorrer do tempo, na narrativa I, está marcado por uma sucessão de dias aparentemente similares uns aos outros, em que Muidinga e Tuahir, desabrigados e famintos, andam de maneira errante em busca de algo indefinido além da sobrevivência mais imediata. Os acontecimentos são narrados quase sempre em ordem cronológica e, a partir do início da leitura dos cadernos de Kindzu, em função do período de tempo destinado à sua leitura em voz alta. A partir do quinto capítulo, quando se afastam do acampamento por vários dias, Muidinga prossegue a narração das aventuras de Kindzu, ainda que sem a posse dos cadernos. Assim, o leitor Muidinga se separa da materialidade dos cadernos, oferecendo-se para contar a história contida neles a partir de sua memória de leitor, que se transforma em contador. O mesmo capítulo constitui ainda um marco de leitura, a partir do qual o tempo torna-se mais fluido, a marcação temporal se torna mais imprecisa, e a narrativa adota uma representação de caráter cada vez menos realista.

Com relação à narrativa II, entendemos que a duração é de provavelmente algumas semanas ou meses, uma vez que parece ter sido elaborada a partir do retorno de Kindzu a Matimati. No encontro do protagonista com Virgínia a existência dos cadernos é mencionada textualmente, embora seja sabido que o gosto de Kindzu pela escrita tenha começado na infância, quando era aluno na escola do pastor Afonso.

O período abrangido pela narrativa é de vários anos – pelo menos vinte e cinco – uma vez que começa em algum ponto da infância do protagonista Kindzu, que é vivenciada antes da Independência, e segue até a idade adulta, quando realiza a viagem que o leva a Matimati.

Muito embora exista uma narração cronológica da história de Kindzu nos cadernos que compõem o seu diário, constatamos também na narrativa II o uso da analepse, porém restrito às histórias das personagens secundárias como Farida, Romão Pinto, e Virgínia.

Farida aparece como o primeiro amor de Kindzu e o encontro com a mesma altera os objetivos iniciais do protagonista. A história da vida de Farida é narrada desde o seu nascimento até o momento do encontro, através de uma grande analepse. O mesmo procedimento é utilizado para a rememoração das histórias das personagens Romão Pinto e Virgínia (que na narrativa aparecem como acessórias à própria história de Farida). Tais histórias

¹³ GENETTE, *Op. cit.*, p. 47.

secundárias ajudam a formar um variado painel social na narrativa de Kindzu, que, fruída pelas personagens da narrativa I, fornece dados sobre um passado pleno de experiências já não mais possíveis no presente em Moçambique. Assim sendo, a vida em Matimati, uma comunidade de características urbanas, em que colonos portugueses e moçambicanos convivem, é trazida para o espaço da estrada morta cercada por ruínas de aldeias igualmente sem vida.

O decorrer do tempo na narrativa II é bastante irregular, uma vez que a partir do início da viagem de Kindzu por mar até o segundo regresso a Matimati, ela apresenta um caráter mítico, em que a sucessão dos dias não é passível de mensuração sequer aproximada. Dias e noites se sucedem sem que o leitor seja capaz de determinar quanto tempo se passou. O encontro com seres sobrenaturais como “xipocos”, “psipocos”¹⁴ e a ocorrência de eventos da ordem do fantástico reforçam a natureza onírica da viagem que se reveste de características que a aproximam da jornada do herói tradicional. A viagem de Kindzu neste sentido pode ser lida pelo leitor ocidental como eco das grandes narrativas marítimas, especialmente da *Odisséia*.

O espaço

Ambas as narrativas se passam em Moçambique. A narrativa I se desenrola à beira da estrada¹⁵, em zona rural não identificada ao norte do país. Como a paisagem se modifica, vemos alguns trechos de savana, pântano e, ao final da narrativa, praia.

A narrativa II se inicia em aldeia não nomeada no litoral sul do país, e tem parte de seu desenrolar num barco encalhado próximo da localidade fictícia de Matimati, situada em algum ponto no litoral norte do país, na própria Matimati, num campo de refugiados no interior, acessível a pé a partir da mesma, e, finalmente, a mesma estrada nacional, onde morre Kindzu, e por onde vagueiam Muidinga e Tuahir.

Mia Couto fala sobre o papel da estrada nacional número um para Moçambique e para *Terra sonâmbula*, em entrevista concedida a Ana Cláudia da Silva:

[...] esse país tem um grande problema que foi a guerra, porque a estrada possibilita que Moçambique viaje por Moçambique; essa estrada é um veículo da moçambicanidade, é como se fosse a meta é como se fosse um caminho pra chegar lá e a guerra matou a estrada. Quando o livro começa dizendo “a guerra havia morto a estrada” é porque a guerra matou a possibilidade daquele país ser país - não matou definitivamente, mas durante aquele período Moçambique foi adiado e foi adiado dentro de cada um deles, de cada

¹⁴ Seres sobrenaturais equivalentes aos fantasmas ocidentais. Sobre os “xipocos” em *Terra sonâmbula*, Carmen Tindó Secco (SECCO, Carmen L. T. R. *Travessias: dos “panos vermelhos de cá” aos “brancos da outra margem” – representações da morte em textos literários de Angola e Moçambique*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional Abralic – Travessias 2004 em cópia gentilmente cedida pela autora. Porto Alegre: 2004, p. 03) nos diz: “Esse romance “fala”, ainda, de mortos desconsolados, os *xipocos* – almas penadas -, que assustam os vivos porque seus funerais não aconteceram de acordo com as tradições e crenças locais.”

¹⁵ Estrada nacional número 1, segundo Mia Couto (informação verbal).

um de nós e portanto o livro é como se fosse uma espécie de procura para além da estrada, dessa urgência que nós sentimos, porque Moçambique não é só um projeto dos políticos, Moçambique também tem, mas digamos, quando eles falam isto existe uma outra coisa que é contraditória: pelo fato de esse país ter tido uma história de sofrimento, de confronto com outras culturas, que é um lado de sofrimento, que é um lado dessa memória sofrida.¹⁶

A estrada, ainda que destruída, parece simbolizar na narrativa o caminho possível de integração nacional. Durante a guerra civil, foi minada. O trabalho de desminagem desta estrada foi recentemente concluído, mas ainda nos dias de hoje ela não está completamente pavimentada. No entanto, constitui o principal elo de ligação Norte-Sul de Moçambique. Como um paralelo, seria produtivo trazermos um dado do romance: a experiência de trabalho da personagem Tuahir na CFM (Caminhos de Ferro de Moçambique). A construção das três principais linhas férreas do país se deu no século XIX para atender a interesses externos da África Anglófona, para escoamento da produção da Rodésia do Sul e da África do Sul para o Oceano Índico. O final das três linhas férreas eram os principais portos do país: Lourenço Marques (atual Maputo), Beira e Nacala. O historiador Lincoln Secco chama a atenção para o fato de que, à época da independência moçambicana, oitenta por cento do movimento portuário e ferroviário de Moçambique estavam orientados para esses dois países. Desta maneira, a malha ferroviária nunca esteve orientada para a integração do país, o que constitui na visão do historiador uma pesada herança aos moçambicanos.¹⁷ Tuahir, significativamente, trabalhava para a ordem colonial, auxiliando num meio de transporte que servia aos interesses somente do colonizador, uma vez que não integrava de maneira realmente eficaz o país. Após a guerra e a destruição, a personagem se vê em plena estrada principal, que não mais integra o país, mas onde ainda se pode sonhar com a integração. A família de Tuahir (o filho que morreu nas minas da África do Sul, ele, que trabalhava nos Caminhos de Ferro), simboliza o passado de trabalho dos moçambicanos: voltados para a antiga África de colonização inglesa. Kindzu representa uma geração intermediária, que viveu o final da dominação portuguesa e o esfacelamento da estrutura legada pelo colonialismo pela ação da guerra. Morre na estrada, por ação humana, ao tentar empreender uma pioneira viagem em ônibus, a primeira desde o início da guerra. O presente e seus desafios podem estar representados em Muidinga, sem memória, sem bens, sem família, em busca de sobrevivência, de uma identidade possível e de um modo de vida num país devastado.

Para finalizar, o começo: as epígrafes de Terra sonâmbula:

Se dizia daquela terra que era sonâmbula. Porque enquanto os homens dormiam, a terra se movia espaços e tempos

¹⁶ SILVA, Ana Cláudia da. *Um café com Mia Couto*. Entrevista com Mia Couto. Fotocópia gentilmente cedida pela autora e entrevistadora, Ana Cláudia da Silva. São Paulo: 1997, p. 06.

¹⁷ SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 69 e 70.

afora. Quando despertavam, os habitantes olhavam o novo novo rosto da paisagem e sabiam que, naquela noite, eles tinham sido visitados pela fantasia do sonho.
(Crença dos habitantes de Matimati)

O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.
(Fala de Tuahir)

Há três espécies de homens:
os vivos, os mortos e os que andam no mar.
(Platão)

Terra sonâmbula está precedido pelas três epígrafes acima reproduzidas. A primeira é creditada como “Crença dos habitantes de Matimati” e fala sobre uma terra sonâmbula, que se movia “espaços e tempos afora” enquanto os habitantes dormiam. A segunda é creditada a Tuahir, e diz que o sonho faz a estrada andar e a mantém viva, sendo que os caminhos têm a propriedade de fazer os homens parentes do futuro. A terceira é creditada a Platão e enuncia a existência de três tipos de homens: os vivos, os mortos e os que andam no mar. Assim sendo, temos duas epígrafes atribuídas a personagens ficcionais que são os habitantes da fictícia Matimati (narrativa II) e Tuahir (narrativa I). A “crença” dos habitantes de Matimati numa terra que fosse sonâmbula não aparece novamente referida no corpo da narrativa II e sim na narrativa I, em que é constatada e vivenciada pelas personagens Muidinga e Tuahir, que percebem as alterações paisagísticas causadas pelo movimento da terra que ocorre durante a noite.

Quanto à epígrafe de Tuahir, a dimensão do sonho, que moveria a estrada, se conecta à primeira epígrafe, na qual se afirma o movimento da terra em função do sonho de seus habitantes, evidenciando a importância de imaginar um futuro diferente e melhor.

Com relação à epígrafe atribuída ao filósofo grego,¹⁸ entendemos que esta parece dialogar com a situação de algumas das personagens das narrativas I e II. Por exemplo, na narrativa I, Tuahir, ainda vivo, pede a Muidinga que o coloque num barco e o empurre para o mar. Na narrativa II há o diálogo entre as imagens contidas na mesma epígrafe e várias personagens como Taímo, que era pescador, Kindzu, que viaja por mar quando se desloca do Sul para o Norte do país, Farida, que vive no barco encalhado, e Assma, que é lançada ao mar numa jangada.

Observemos as trajetórias de alguns desses “navegantes”. Tuahir está morrendo e pede a Muidinga que o coloque numa embarcação e o empurre mar adentro, onde, deprende-se, vai morrer. Taímo já está morto, embora continue sendo visto por várias person-

¹⁸ Não conseguimos localizar na obra de Platão a referida epígrafe, em pesquisas realizadas tanto no Brasil quanto em Portugal. O autor Mía Couto nos disse ter lido a frase citada não se lembra onde e por anos tem procurado sua referência sem sucesso. A mesma frase aparece como lema da Marinha Portuguesa, igualmente sem fonte.

gens, inclusive pelo filho. Kindzu viaja por mar a conselho do feiticeiro de seu lugar de origem, cumprindo uma série de rituais para apaziguar seu pai morto, que, inconformado com a viagem o persegue. Farida vive no navio encalhado e se considera um fantasma, como afirma a Kindzu: “*Pois eu sou da família dos xipocos. [...] Sei que sou um deles, um espírito que vagueia em desordem por não saber a exata fronteira que nos separa de vocês, os vivos.*”¹⁹ Assma, personagem alienada desde o início da narrativa porque “não agüentara o peso do mundo”, é lançada ao mar pelo marido para morrer e, uma vez salva, vive alguns dias até que morre queimada num dos muitos incêndios que permeiam a narrativa.

Portanto, concluímos que, realmente, as personagens mencionadas do romance “andam” no mar e, além disso, transitam na narrativa entre os pólos opostos representados pela vida e pela morte. Nas descrições apontadas, a morte é vista tanto de uma maneira ocidental – como finitude e separação radical da vida – como nos casos de Tuahir e Assma, quanto apreendida de modo tradicional moçambicano – como parte do ciclo vital, sem afastamento entre mortos e vivos - como nos casos de Taímo, que transita entre os dois pólos, e de Farida, que não vê barreiras entre aqueles.

Assim, a terra que caminha, sonâmbula, leva consigo a estrada, morta e repleta de veículos destruídos, numa alusão à modernidade que, simbolizada pela estrada e seus veículos, não mais oferece opções à sociedade arrasada pela Guerra Civil Moçambicana. O sonho é o novo elemento capaz de impulsionar os destinos humanos, a crença num futuro possível que gera a energia para promover mudanças mesmo diante de cenários de total desolação. Os homens, tanto na epígrafe do romance atribuída a Platão, quanto aqueles que são personagens de *Terra sonâmbula*, transitam entre a vida e a morte, vivenciando uma abolição de fronteiras entre vida e morte conforme o mundo de crenças tributárias da tradição.

As três epígrafes que precedem *Terra sonâmbula* são belamente analisadas por Laura Cavalcante Padilha, no ensaio “A semântica da diferença”:

Invertendo o sentido das origens, tal como as interpreta o eurocentrismo, inicia-se a montagem das epígrafes pela tradição de Matimati, região de Moçambique que dá o mote do título do romance pelo qual, aliás, se estabelece o pacto ficcional (terra sonâmbula). Como nos ritos, começa-se convocando a força ancestral, sem o que nada pode ter bom êxito. A seguir, é o próprio romance que antecipa sua voz, ao se resgatar a do personagem Tuahir e, por trás dela, a do sujeito cultural e ser da linguagem, que é o próprio Mia Couto. A fala de Tuahir se faz o pilar da ponte que liga a origem africana ao lugar – ponto de chegada e não de partida, como seria previsível – ocupado por Platão. O jogo interparentético também nos revela surpresas. Ali, os substantivos próprios Matimati e Tuahir aparecem precedidos por elementos que os introduzem e explicam, o que não se dá com o nome de Platão, que dispensaria o gesto explicativo. É como se fosse, e ponto, daí a força que o seu próprio texto vai passar a ter. No tapete criado pelos fios das epígrafes, desenha-se, pois, o círculo da sabedoria onde a filosofia da origem – africana -, qual serpente, morde o “rabo” da outra, greco-ocidental. Ritualisticamente, como man-

¹⁹ COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 100-101. Mantemos o uso do itálico conforme consta nas edições consultadas.

dam os preceitos, mergulhamos no universo aditivo africano, fundado na sabedoria, mais que no saber.²⁰

Com essas reflexões, encerramos este breve artigo em que propusemos um percurso que pode ajudar a iluminar alguns dos aspectos daquele que é, com certeza, um dos grandes romances escritos em língua portuguesa.

²⁰ PADILHA, Laura. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002, p. 40.